

Edição n.º 71 NOVEMBRO 2021

EMPRESAS



AUTARCAS DE EXCELÊNCIA

PARTE V



MUNICÍPIO DE BOTICAS “Boticas também é Portugal”

ESPECIAL Município de Castelo de Vide

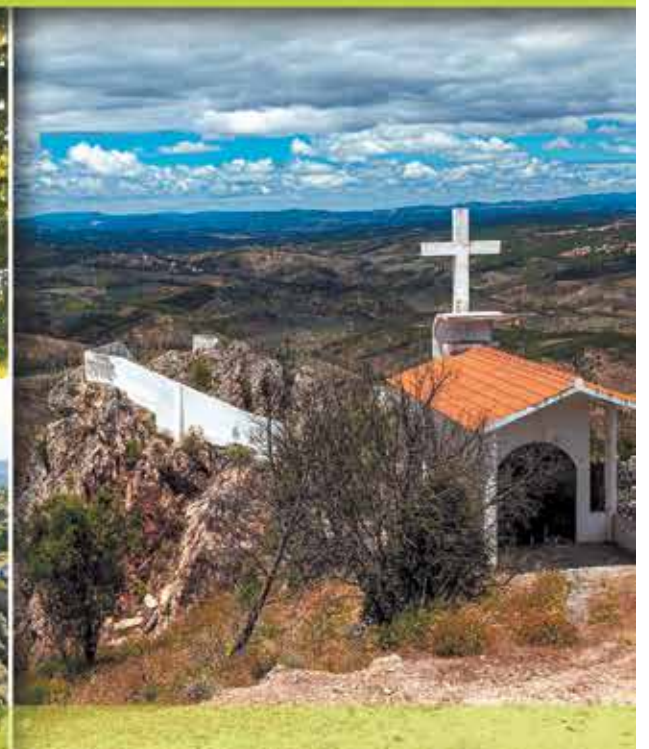
ESPECIAL Município de Rio Maior



MAÇÃO

VERDE
HORIZONTE

WWW.CM-MACAO.PT





CÂMARA
MUNICIPAL DE
elvas

www.cm-elvas.pt

Facebook, Instagram, YouTube, Twitter



MUNICÍPIO DE BOTICAS**TOMADA DE POSSE DOS ÓRGÃOS DO PODER AUTÁRQUICO MANDATO 2021/2025****“BOTICAS TAMBÉM É PORTUGAL”**

Fernando Queiroga foi reeleito para um terceiro mandato à frente dos destinos do Município de Boticas. Na cerimónia de tomada de posse dos Órgãos do Poder Autárquico, o presidente não tem dúvidas: “Boticas também é Portugal. Assim, é imperativo que saibamos reivindicar, aproveitar e fazer bom uso de instrumentos como o Portugal 2030 e o Plano de Recuperação e Resiliência, exigindo que os territórios de baixa densidade populacional não sejam excluídos, até porque os efeitos desta crise também se fizeram sentir em Boticas e de forma bastante evidente”.

BOTICAS
CÂMARA MUNICIPAL

► O edifício dos Paços do Concelho recebeu a cerimónia de instalação dos Órgãos Autárquicos do Concelho de Boticas, Câmara e Assembleia Municipal, para o quadriénio 2021/2025. Fernando Queiroga e a sua equipa foram reeleitos para um terceiro mandato. A sessão solene contou com a presença de centenas de botiquenses, várias entidades e representantes de instituições locais e regionais, e com os presidentes de Câmara dos restantes municípios que constituem a região do Alto Tâmega.

No discurso de tomada de posse, Fernando Queiroga começou por enaltecer a confiança que os botiquenses depositaram no projeto que lidera e que determinou a sua reeleição, de forma expressiva, para mais um mandato à frente dos destinos do concelho de Boticas, “uma responsabilidade que honrarei em prol de todos os botiquenses. Esta tomada de posse e instalação dos ór-

gãos autárquicos para o mandato 2021/2025 foi o culminar de um processo eleitoral muito participado e que deixou expressa, de forma bem vincada, a vontade dos botiquenses. Estou confiante de que iremos corresponder às altas expectativas criadas e à confiança que os habitantes de Boticas depositaram em nós”. O autarca destacou ainda a elevação com que decorreu a campanha e o ato eleitoral, salientando o civismo, o respeito e a liberdade com que cada partido, ou movimento de cidadãos apresentaram as suas ideias e os seus programas eleitorais à população. “Agora que o processo eleitoral terminou, a nossa obrigação é trabalharmos, sem demagogia, na valorização do concelho de Boticas e na criação de melhores condições de vida para a nossa população. Boticas precisa de nós”.

O MAIS IMPORTANTE: AS PESSOAS

“O mais importante serão sempre as pessoas, sendo que não há espaço para quaisquer discursos populistas, até porque não é disso que a nossa terra precisa. Boticas precisa de atos e de trabalho e não de palavras vãs. Só as-



“ESTOU CONFIANTE DE QUE IREMOS CORRESPONDER ÀS ALTAS EXPECTATIVAS CRIADAS E À CONFIANÇA QUE OS HABITANTES DE BOTICAS DEPOSITARAM EM NÓS”

sim poderemos demonstrar o nosso valor e a dedicação que temos ao nosso povo e à nossa terra. Honrarei o compromisso que assumi com este concelho e serei o presidente de todos os botiquenses, sempre empenhado para ajudar a construir um dia a dia mais próspero, solidário e profícuo para o nosso concelho”, garante Fernando Queiroga. Apesar disso, o presidente sabe que os próximos anos serão exigentes e repletos de desafios. “Vamos encontrar muitas dificuldades. Contudo, com entrega e entreaajuda iremos superar as adversidades que surjam no nos-

so caminho. Para isso, o trabalho em equipa é fundamental, pelo que, Câmara, Assembleia Municipal e juntas de freguesia devem estar emanadas do mesmo espírito. Só assim seremos capazes de atingir as metas traçadas e objetivos delineados”, acrescenta. O autarca reitera que as juntas de freguesia têm realizado um trabalho notável e de grande qualidade, servindo as populações de acordo com as suas necessidades, respondendo de forma positiva à resolução dos seus problemas. “Tenho confiança total em todos os presidentes de junta porque reconhe-



ço-lhes o trabalho, a dedicação e, sobretudo, a disponibilidade para ajudarem a garantir melhores condições de vida às nossas populações. Estarei sempre disponível e de portas abertas para, juntos, encontrarmos soluções que resolvam os problemas da nossa população”.

O presidente assevera ainda que procurará manter a relação de grande proximidade que tem com todas as instituições e associações do concelho, “até porque desempenham um papel fundamental no futuro de Boticas, devido à sua atuação junto das populações, mais-valia ainda mais importante num momento como este. É necessário que consigamos recuperar a autoestima das pessoas, combater o isolamento social e voltar a proporcionar momentos de lazer entre todos, criando um espaço onde possamos demonstrar a amizade que temos uns pelos outros. As instituições mantêm-se empenhadas em promover o desenvolvimento do concelho, mostrando-se uma mais-valia importante no conservar das nossas tradições, usos e costumes, dando voz ao espírito e à verdadeira forma de ser do povo barrosão, pelo que é nossa obrigação estarmos disponíveis para as auxiliar neste desígnio”, completa.

De acordo com o autarca as linhas orientadoras para o novo mandato assentam, entre outros, na criação de emprego, a captação de mais investimento para o concelho, a equidade social, a fixação da população, o desenvolvimento do turismo e a promoção dos produtos endógenos, referindo, porém, que “as pessoas continuam a ser a principal prioridade para o meu Executivo, que fará o que está ao seu alcance para salvaguardar os interesses das nossas populações e da nossa terra”.



“NADA NOS É DADO DE MÃO BEIJADA. TEMOS QUE SER RESILIENTES E TRABALHAR MUITO PARA CONSEGUIRMOS ATINGIR OS NOSSOS OBJETIVOS. HÁ MUITO TRABALHO A FAZER, NOVOS DESAFIOS A CUMPRIR E NOVAS DIFICULDADES A ULTRAPASSAR”

MANDATO REPLETO DE DESAFIOS


Fernando Queiroga admite que as exigências são cada vez maiores, “pelo que temos que estar alerta e preparados para enfrentar novos desafios, ao mesmo tempo que teremos que ser capazes de aproveitar as novas oportunidades para, assim, assegurarmos o futuro do nosso concelho e das gerações vindouras, reforçando a coesão territorial e reduzindo, de forma substantiva, as assimetrias que, infelizmente, existem em relação aos grandes centros. Temos orgulho na nossa ruralidade, mas nunca aceitaremos ser tratados como portugueses de segunda, sendo que defenderemos sempre, de forma intransigente, os interes-

ses da nossa terra e da nossa população. Não nos calaremos, até que a voz nos doa e lutaremos até à exaustão das nossas forças para reclamarmos o que é nosso por direito. Boticas também é Portugal. Assim, é imperativo que saibamos reivindicar, aproveitar e fazer bom uso de instrumentos como o Portugal 2030 e o Plano de Recuperação e Resiliência, exigindo que os territórios de baixa densidade populacional não sejam excluídos, até porque os efeitos desta crise também se fizeram sentir em Boticas e de forma bastante evidente”.

O autarca defende que, durante este mandato, será indispensável apoiar o setor económico e o tecido empresarial pa-

BOTICAS
CÂMARA MUNICIPAL

ra que “possamos dar um novo impulso à economia local, acompanhando o ritmo de crescimento do País, da Europa e do mundo. A exigência que temos pela frente não se compadece com experimentalismos. Assim, temos que ter o conhecimento real das necessidades do concelho, apostando nas áreas que mais irão valorizar e enriquecer a nossa terra. Não nos podemos acomodar com o que já alcançamos. Temos sempre que ambicionar mais, ainda que saibamos que só o conseguiremos com total dedicação e empenho, mas, sobretudo, com muito trabalho árduo. Assim, vamos continuar a defender, intransigentemente, os interesses de Boticas e da região, lutando contra todas as injustiças, recusando sermos enganados com promessas ocas de desenvolvimento e de desígnios nacionais”.

O presidente acredita “convictamente que o concelho merece tudo. Contudo, também sei que nada nos é dado de mão beijada. Temos que ser resilientes e trabalhar muito para conseguirmos atingir os nossos objetivos. Há muito trabalho a fazer, novos desafios a cumprir e novas dificuldades a ultrapassar. Apesar disso, sou realista e não prometo aquilo que, em consciência, não será exequível cumprir. Assim, o nosso foco será sempre o de tomarmos as melhores decisões, sobretudo aquelas que realmente contam para operar mudanças positivas e ajustadas à nossa realidade, ao mesmo tempo que nos recusamos a comprometer a boa saúde financeira do Município. Este será o caminho que continuarei a trilhar”, conclui. 



MUNICÍPIO DE BOTICAS

ORGULHO NA RURALIDADE

Em entrevista ao Empresas+®, Fernando Queiroga, presidente da Câmara Municipal de Boticas, revela os principais projetos que pretende implementar no Concelho neste que será o seu terceiro e último mandato. O autarca não esquece ainda as oportunidades criadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência e pelo novo Quadro Comunitário de Apoio Portugal 2030.

► VENCEU AS ÚLTIMAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS. QUAIS AS SUAS EXPECTATIVAS PARA ESTE NOVO MANDATO?

Sabemos que, durante os próximos anos, vamos encontrar muitas dificuldades, por isso, o trabalho em conjunto entre a Câmara, a Assembleia Municipal e as juntas de freguesia é fundamental. Estamos preparados para as exigências que temos pela frente nos próximos anos que serão, inevitavelmente, marcados por profundas mudanças, sobretudo, em termos sociais. Contudo, as prioridades que defini, quando há oito anos assumi pela primeira vez as funções de presidente da Câmara de Boticas, mantêm-se tão válidas como o eram então, assentando em quatro grandes pilares que se relacionam com todas as outras áreas: apoio à criação de emprego; desenvolvimento do turismo; promoção dos nossos produtos endógenos e a equidade social.

NOS PRÓXIMOS QUATRO ANOS, QUE PROJETOS ESPERA IMPLEMENTAR NO CONCELHO NO ÂMBITO SOCIAL?

Os próximos anos irão trazer uma realidade diferente. Desde logo, porque iremos assumir, no início de 2022, as duas últimas competências a transferir pelo Governo para o Município: a Saúde e a Ação Social. Além disso, o apoio à população a às famílias torna-se ainda mais premente, mas esta não é uma realidade nova para nós. Temo-nos preocupado sempre em ir ao encontro das necessidades da nossa população, procurando criar cada vez melhores condições de vida para todos os botiquenses. Assim, iremos dar continuidade às políticas de família que temos vindo a implementar, mantendo o apoio à natalidade, à educação, aos mais carenciados e aos mais idosos, reforçando ainda projetos de cariz social como o “Dar vida aos anos envelhecendo”, que estimula as pessoas

com mais de 55 anos a terem uma vida mais ativa e saudável, através da prática de exercício físico, contribuindo para contrariar o sedentarismo e para a prevenção e diminuição da mortalidade por doenças cardiovasculares. Contudo, mais do que implementar novos projetos, é fundamental que consolidemos e reforçemos as iniciativas que já estão em funcionamento, tornando-as ainda mais abrangentes e capazes de chegar a toda a população.

A PROBLEMÁTICA DA HABITAÇÃO ESTÁ NA ORDEM DO DIA E MULTIPLICAM-SE AS INICIATIVAS NOS GRANDES CENTROS URBANOS COM O OBJETIVO DE SEREM CRIADAS CONDIÇÕES PARA QUE OS JOVENS E A CLASSE MÉDIA TENHAM ACESSO A HABITAÇÃO CONDIGNA. QUE INICIATIVAS DECORREM EM BOTICAS? DE QUE FORMA A AUTARQUIA PLANEIA FIXAR A POPULAÇÃO E COMBATER A DESERTIFICAÇÃO?

O acesso à habitação não é um problema exclusivo dos grandes centros urbanos, sendo que também existe nos territórios do Interior do País. Nos últimos tempos temos apostado na criação de condições para que os casais regressem e se fixem no concelho. Este não é um trabalho de dois ou três anos, mas de um tempo longo, e o acesso à habitação é um fator preponderante. Hoje, no concelho, quem pretende constituir família depara-se com alguma dificuldade em arranjar casa, sobretudo pelo facto do mercado habitacional ser muito reduzido, o que implica o recurso à construção de habitação própria e permanente. Neste momento estamos a implementar a Estratégia Habitacional para que seja mais fácil recuperar e beneficiar habitações que se encontram degradadas e/ou devolutas, mas também pretendemos criar um novo loteamento na Vila de Boticas, com regulamentos específicos, garan-

tando terrenos a custos mais acessíveis para que os jovens possam construir a sua casa e constituir família. Este é um trabalho que está a ser desenvolvido em conjunto com as Juntas de Freguesia e que acredito que poderemos ter resultados práticos muito em breve.

NO QUE CONCERNE À EDUCAÇÃO, COMO CLASSIFICA A OFERTA EXISTENTE EM BOTICAS? ALGUM PROJETO PENSADO NESTA ÁREA?

Dado o baixo número de crianças, o concelho dispõe apenas de ensino até ao 9º ano de escolaridade. Depois disso, os alunos têm que se deslocar para o concelho vizinho de Chaves para prosseguirem os estudos. Os alunos que temos estão concentrados no Agrupamento de Escolas Gomes Monteiro, que conta com cerca de 350 crianças, distribuídas pelos três ciclos do ensino básico. O Agrupamento tem todas as condições para um ensino de qualidade e a Autarquia garante o apoio a todos os alunos, quer com a oferta das fichas de trabalho e material escolar, quer com os passes escolares gratuitos para todos os alunos e as refeições, também gratuitas, para o 1º ciclo. Fomos dos primeiros municípios a assumir as competências na área da educação e garantimos todas as obras de beneficiação e manutenção do complexo escolar para proporcionarmos sempre as melhores condições de ensino no nosso concelho.

QUE CONSEQUÊNCIAS A PANDEMIA CAUSOU NO CONCELHO? OS NÍVEIS DO DESEMPREGO SUBIRAM? A AUTARQUIA AINDA FORNECE ALGUM TIPO DE APOIO AOS SEUS MUNICÍPIOS?

O esforço coletivo da nossa população foi determinante para conseguirmos enfrentar esta pandemia, sendo salientar também o papel determinante dos nossos empresários, em particular os da hotela-



Fernando Queiroga

ria e restauração, que foram dos mais afetados por este período difícil que vivemos, e que, com muito esforço, conseguiram adaptar-se, alterando, em alguns casos, as suas áreas de actividade, para manterem os postos de trabalho. Felizmente, no concelho, esta crise não se traduziu no aumento do desemprego. Contudo, agora é necessário apoiar os empresários locais, restituir-lhes a confiança, incentivando a criação de mais postos de trabalho que contribuam para a fixação de pessoas na nossa terra.

O apoio aos nossos munícipes é permanente. Neste contexto, como temos uma população muito idosa, com problemas de mobilidade, continuamos a assegurar os transportes para o Centro de Saúde, quer para a realização de testes ou para a inoculação de vacinas contra a Covid-19, assim como para outros cuidados de saúde. Estamos em permanente contacto, quer com as autoridades de saúde, quer com as juntas de freguesia, para podermos atuar, com celeridade e máxima eficácia, no apoio à nossa população sempre que se justifique.

O QUE ESPERA DO CONCELHO PARA OS PRÓXIMOS QUATRO ANOS DO PONTO DE VISTA ECONÓMICO? QUE INICIATIVAS ESPERA IMPLEMENTAR?

Espero, obviamente, que haja a recuperação da nossa economia e que possamos

alavancar o desenvolvimento do concelho. A nossa persistência permitirá criar mais atractividade para o investimento, contribuindo, inequivocamente, para a criação de emprego, para a fixação da população e, claro está, para garantir mais qualidade de vida. Este é um trabalho progressivo e duradouro que nos obriga a manter na linha da frente e a sermos inovadores para conseguirmos tirar partido das nossas riquezas e o nosso trabalho começa agora a dar frutos.

Temos um património histórico, paisagístico e gastronómico riquíssimo que é preciso continuar a valorizar e dar a conhecer, através de uma aposta forte e sustentável na promoção e divulgação dos nossos recursos endógenos. Procuraremos criar todas as condições de atratividade para podermos ir ao encontro das expectativas daqueles que nos visitam, o que implica a existência de atividades e programas capazes de agradar a todos. O envolvimento do setor privado será crucial no desenvolvimento de iniciativas que permitam aumentar a oferta disponível ao longo de todo o ano, para assim dinamizar a economia local.

O turismo e o aproveitamento das grandes potencialidades da nossa terra passarão, igualmente, por um trabalho conjunto de todos, pois só assim conseguiremos um desenvolvimento equilibrado, progressivo e capaz de dar resposta, em quantidade e qualidade, à procura que o concelho tem tido. A valorização dos nossos produtos endógenos e o apoio à agricultura continuarão a ser também uma aposta forte, pelo que aumentaremos as iniciativas de fomento à produção e ao eficaz escoamento desses produtos, garantindo maior rentabilidade aos nossos agricultores.

O CONCELHO DE BOTICAS É CONHECIDO E RECONHECIDO PELO SEU FORTE DINAMISMO CULTURAL E TURÍSTICO, ONDE O CENTRO DE ARTES NADIR AFONSO É O EXEMPLO PERFEITO DESTA SIMBIOSE. QUE PROJETOS ESPERA IMPLEMENTAR NO DECORRER DESTES MANDATOS?

Não podemos cair no erro de realizar iniciativas avulsas e desligadas daquela que é a nossa realidade. O nosso foco está centrado na dinamização dos equipamentos existentes e na realização de atividades que sejam complementares a essa dinamização. Não procuramos um turismo massificado, nem temos condições para tal. Contudo, o desenvolvimento do turismo e o aumento do número de pessoas

que nos visitam tem que ser, obrigatoriamente, acompanhado por iniciativas dos privados, que garantam o suporte e a estrutura necessária à realização de grandes eventos, por exemplo, ao nível de alojamento e restauração.

Neste contexto, o papel das associações culturais, recreativas e desportivas também é fundamental e assume particular importância nesta fase pós-pandemia. É necessário, antes de tudo, recuperar a autoestima das pessoas, combater o isolamento e voltar a proporcionar momentos de lazer e convívio, criando espaço para a realização de iniciativas culturais e de preservação dos nossos hábitos, usos, costumes e tradições. Assim, esperamos reiniciar a habitual programação cultural com normalidade. Esse será o primeiro passo. Só depois começaremos a trabalhar na preparação de novas iniciativas que envolvam os vários agentes locais e que tragam uma nova dinâmica ao concelho.

BOTICAS É TAMBÉM UMA REFERÊNCIA NA PROMOÇÃO DA PRÁTICA DE MÚLTIPLOS DESPORTOS. QUAIS OS SEUS PROJETOS PARA ESTA ÁREA?

Boticas é, de facto, uma referência ao nível da prática desportiva, tanto em termos do desporto de formação, como na realização de grandes eventos desportivos, como o desporto automóvel, o ciclismo ou os desportos de natureza e aventura [BTT, trail running]. O próximo ano passará pela consolidação e afirmação desses eventos no panorama desportivo nacional e internacional, esperando que estes se possam realizar sem as restrições impostas pela pandemia. Queremos ainda dinamizar os novos equipamentos recém-construídos como a Pista Multiusos para Desportos Radicais, preparada para receber provas de motociclismo [motocross, trail, enduro] e de ciclismo de montanha (XCO). Esperamos que este novo equipamento, criado de raiz, possa ser palco, a curto prazo, de provas internacionais que tragam mais gente a Boticas, com importantes reflexos para a economia local.

O QUE ESPERA DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR) QUE ESTÁ A SER IMPLEMENTADO NO NOSSO PAÍS? CONSIDERA QUE ESTE PROGRAMA SERÁ UMA MAIS-VALIA REAL PARA A VALORIZAÇÃO DO INTERIOR?

Temos orgulho na nossa ruralidade, mas nunca aceitaremos ser tratados como por-

tugueses de segunda. É imperativo que saibamos reivindicar, aproveitar e fazer bom uso do PRR, exigindo que os territórios de baixa densidade populacional não sejam excluídos da chamada “bazuca europeia”, porque aqui também se fizeram sentir, de forma bem evidente, os efeitos desta crise. É indispensável apoiar o setor económico e o tecido empresarial, para darmos um novo impulso à economia local, acompanhando o ritmo de Portugal, da Europa e do Mundo. A coesão territorial depende, em muito, da igualdade de oportunidades para todas as regiões, o que deve ser uma realidade para diminuir as assimetrias existentes. É fundamental que haja contrapartidas para que as empresas e os empresários se instalem nestas regiões e dinamizem o tecido económico. Só com a criação de emprego será possível lutar contra a desertificação e fixar a população.

NO QUE CONCERNE AO QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO PORTUGAL 2030, O MUNICÍPIO REALIZOU ALGUMA CANDIDATURA? QUE OBRAS E PROJETOS ESPERA ALAVANCAR?

O desenvolvimento do nosso concelho obriga a que estejamos sempre atentos e que não deixemos escapar as oportunidades para captar investimento. Nos últimos quatro anos conseguimos financiamento superior a dez milhões de euros, o que demonstra o nosso empenho em garantir recursos para gerar verdadeiras mais-valias. Contudo, não podemos acomodarmo-nos com o que já alcançamos. Temos de ambicionar a muito mais. No âmbito do Portugal 2030, o Município de Boticas apresentará candidaturas, quer individualmente, quer através da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, nas áreas da inovação e conhecimento; qualificação, formação e emprego; sustentabilidade demográfica; energia e alterações climáticas; competitividade e coesão territorial do Interior; e agricultura/florestas. Aguardamos, com expectativa, a aprovação dos respetivos programas operacionais, prevista para o primeiro trimestre de 2022, bem como a abertura dos posteriores avisos.

CONCORDA COM A LIMITAÇÃO DE MANDATOS IMPOSTA PELA LEI OU CONSIDERA QUE AS PESSOAS DEVERIAM SER SEMPRE LIVRES PARA ESCOLHER OS SEUS ELEITOS?

Não se trata de concordar ou não, mas sim de respeitar a Lei em vigor. Entendo que

cada caso ‘é um caso’. Acima de tudo, quem ocupa estes cargos tem que trabalhar muito, com empenho, dedicação e, sobretudo, com motivação para corresponder às expectativas e necessidades da população. Tem que ter a consciência de que está nestas funções para servir com humildade e para zelar pelos interesses da população que o elegeu, colocando de parte os seus interesses pessoais. A causa pública é o mais importante e o nosso trabalho é avaliado diariamente pela população. Temos de tomar decisões, muitas delas difíceis, que não agradam a todos, mas temos de o fazer em consciência e não podemos ter dois pesos e duas medidas. É óbvio que o trabalho de um presidente de câmara é muito desgastante, mas esse desgaste e a motivação para continuar a procurar fazer mais e melhor não é, necessariamente, igual em todos. Pelo que compreendo, muitos presidentes de câmara deveriam ter a oportunidade de continuarem a ser eleitos para o cargo, enquanto outros podem não reunir as condições necessárias para tal.

DEPOIS DE VÁRIOS ANOS EM QUE OS AUTARCAS TINHAM ACESSO A MAIS-VALIAS DECORRENTES DO SERVIÇO PÚBLICO PRESTADO, NESTE MOMENTO, FUNDOS OS MANDATOS, OS POLÍTICOS NÃO POSSUEM QUALQUER TIPO DE PROTEÇÃO. CONSIDERA JUSTA ESTA TOMADA DE DECISÃO? ESTA REALIDADE NÃO IMPEDE AS PESSOAS DE ABANDONAREM O SETOR PRIVADO?

Em consciência, entendo que não pode haver portugueses de primeira e de segunda. Cada um, à sua maneira, contribui para o desenvolvimento da nossa sociedade e não é de todo justo acharmos que o nosso trabalho é mais importante do que o dos outros. Estamos todos numa posição de igualdade. Cada um escolhe o caminho que quer seguir e deve estar consciente das dificuldades que encontrará nesse caminho. Cada momento da nossa vida deve ser pensado e decidido quando ocorre. Nunca podemos fechar a porta a novas oportunidades e novos desafios, mas também não podemos ter sempre tudo como adquirido... Temos de estar focados nas nossas responsabilidades e responder positivamente àqueles que acreditam em nós. Não nos devemos preocupar com o que vem a seguir quando ainda não acabaram as tarefas e o trabalho para que fomos mandatados. ✚

MUNICÍPIO DE PÓVOA DE VARZIM

CONCELHO REFERÊNCIA NO DISTRITO DO PORTO

Presente há mais de 20 anos na vida autárquica, Aires Pereira preside um concelho de referência no distrito do Porto. A iniciar o terceiro mandato como presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, o autarca mostra-se confiante quanto ao futuro e assegura que são inúmeros os projetos que ainda pretende levar a cabo até porque: “Continuamos a preparar o futuro assente num projeto que reconhecidamente é pensado para as pessoas, para o seu bem-estar e para o incremento da sua qualidade de vida”.



► “Quanto tomei posse como presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, há oito anos, já conhecia muito bem esta Autarquia porque, durante vários anos, desempenhei as funções de vice-presidente. Já estou ligado a esta Autarquia há muitos anos, pelo que conhecia muito bem todos os projetos que estavam em curso, assim como a situação económico-financeira do Município. Assim, a minha intervenção foi, sobretudo, de continuidade, no sentido de prosseguir com as nossas candidaturas ao Plano Operacional Norte 2020, onde tínhamos prevista a concretização de diversos projetos, com as dificuldades inerentes à realização de obra pública, nomeadamente a realização dos projetos, acautelando toda a legislação que é necessário cumprir, e a abertura dos respetivos concursos públicos”, recorda Aires Pereira, como presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Oito anos depois, a Póvoa é o município da Área Metropolitana do Porto que apresenta a taxa de execução mais elevada dos fundos comunitários, “o que significa que, não só cumprimos com to-

dos os projetos que estavam estabelecidos, como fomos ainda muito além dos quase 12 milhões de euros que nos foram disponibilizados para a realização dos mais diversos investimentos. Nem mesmo a atual pandemia condicionou a nossa ação a este nível. Aliás esperamos conseguir capitalizar mais oito milhões de euros de investimento devido ao overbooking, ou seja, iremos angariar investimento que outras autarquias não conseguiram concretizar ainda no âmbito do quadro comunitário de apoio Portugal 2020, o que nos permitirá reaver investimento realizado em obras concretizadas e que não tinham sido financiadas ou, noutro casos, obras já financiadas e entretanto concluídas, que terão o seu financiamento majorado, o que nos permitirá também reaver grande parte do investimento realizado”, explica o autarca.

MAIS QUATRO ANOS DE INVESTIMENTO

De acordo com Aires Pereira, os próximos quatro anos terão que ser alinhados com os propósitos de investimento de duas fontes de financiamento que estarão à disposição dos municípios: o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o próximo quadro comunitário de apoio Portugal 2030. Neste âmbito, o autarca revela que o Município já elaborou o seu Plano Estratégico e já definiu as suas prioridades para os próximos dez anos. “Continuamos a preparar o futuro assente num projeto que é



reconhecidamente pensado para as pessoas, para o seu bem-estar e para o incremento da sua qualidade de vida”. Aires Pereira assevera que a aposta passará, em primeira instância, pela habitação. “Reconhecemos que, mercê dos movimentos migratórios, os povos têm dificuldade em encontrar habitação condigna e a preços acessíveis, mais-valia imprescindível para garantir a fixação das pessoas. Assim, iremos realizar uma forte aposta na criação de habitação a custos controlados e com rendas acessíveis. Neste âmbito está previsto o investimento de 26 milhões de euros na construção de 220 novas habitações e na realização de obras noutras habitações, cerca de 780, conferindo-lhes as condições necessárias de habitabilidade, ao abrigo do 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que visa apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada”. O autarca explica que este programa assenta numa dinâmica promocional pre-

dominantemente dirigida à reabilitação do edificado e ao arrendamento, sendo que aposta também em abordagens integradas e participativas que promovam a inclusão social e territorial, mediante a cooperação entre políticas e organismos setoriais, entre as administrações central, regional e local e entre os setores público, privado e cooperativo. Para Aires Pereira, outro dos objetivos primordiais será a reindustrialização do concelho, setor que já foi de grande tradição na região com a cordoaria, as conservas e os têxteis. “Neste momento, possuímos uma zona industrial muito pujante, em Laúndos, onde se fixou o centro de distribuição da Mercadona para toda a zona norte da Península Ibérica, uma grande plataforma logística que tem levado à fixação de muitas outras empresas de menor dimensão que laboram ligadas a este setor de negócio. Só esta empresa emprega mais de 200 pessoas no concelho e realizou investimentos superiores a 40 milhões de euros. Assim, alavancados por este investimento, queremos reverter e ampliar a zona industrial, criando as condições ideais para a fixação de mais



MUNICÍPIO DE CASTELO DE VIDE

Cumpriu vontade última de Salgueiro Maia

INAUGURAÇÃO DA CASA DA CIDADANIA SALGUEIRO MAIA – CASTELO DE VIDE

VONTADE CUMPRIDA DO CAPITÃO DE ABRIL

A vontade de Salgueiro Maia, Capitão de Abril e herói nacional, cumpriu-se! Desde o dia 1 de julho, Castelo de Vide, terra que o viu nascer, tem aberta ao público a Casa da Cidadania Salgueiro Maia, vontade que o capitão do Exército Português, que liderou a Revolução de 25 de Abril de 1974, deixou expressa em testamento e que foi concretizada no dia em que o militar completaria 77 anos de idade. A cerimónia de inauguração contou com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. Para António Pita, presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide, mais do que uma merecida homenagem, esta obra pretende “promover os valores da Fraternidade, Liberdade e Democracia junto das novas gerações”.



► No passado dia 1 de julho, no dia em que Salgueiro Maia, herói nacional, completaria 77 anos, Castelo de Vide, terra onde nasceu o Capitão de Abril, inaugurou a Casa da Cidadania Salgueiro Maia, casa-museu onde o seu espólio é celebrado e recordado. O desejo, que ficou expresso em testamento, materializou-se e teve um custo de 1,1 milhões de euros. De ressaltar que a museologia tem a autoria de Fernando António Baptista Pereira, historiador e presidente da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. Entre as peças que agora compõem este novo núcleo museológico encontra-se o famoso megafone com o qual, no dia 25 de Abril, no Largo do Carmo, em Lisboa, o Capitão de Abril intimou Marcelo Caetano a render-se e a entregar o poder às forças que lutavam pela democracia. O espólio contempla ainda o uniforme militar que Salgueiro Maia envergava no dia que assinala o fim da ditadura em Portugal, entre outros uniformes, armas, estandartes e insígnias, diplomas e louvo-

res, documentos militares e fichas escolares que pertenceram a este verdadeiro herói nacional. Uma área com cartazes e fotografias e uma coleção de miniaturas de carros de combate são outras das valências da Casa da Cidadania Salgueiro Maia. Todo o património foi doado pelo militar à vila alentejana antes da sua morte, em 1992. O militar, que foi promovido a major em 1981 e, posteriormente, a tenente-coronel, pereceu vítima de doença oncológica.

António Pita, presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide, afirma que este foi um dia diferente, “muito emotivo e no qual se escreve uma página memorável desta notável vila e um capítulo final da biografia de um dos Capitães de Abril. Ninguém escolhe o sítio onde nasce e Salgueiro Maia escolheu ser sepultado nesta vila, em campa rasa, e decidiu honrar duplamente este concelho ao determinar esta terra de nascimento também como sua eterna morada. Nessa sua missiva o tenente-coronel expressou ainda outra vontade: a de que todo o seu acervo fosse entregue ao Município para a construção de um museu que pudesse, um dia, perpetuar o 25 de abril de 1974”. Assim, 32 anos decorridos, mais do que uma merecida homenagem, “estamos a cumprir este imperativo de consciência que nos tem perseguido nas últimas duas décadas”. O autarca esclarece que esta obra pretende “promover a visibilidade de uma personalidade que representa a essência da Revolução do 25 de Abril de 1974, um herói nacional, através do espólio que doou

à Autarquia. Salgueiro Maia deu a cara à revolução e transformou-se num símbolo de liberdade. Para além disso, esta Casa tem como objetivo divulgar os valores da Fraternidade, Liberdade e Democracia às novas gerações. Este museu engrandece a região e qualifica a oferta”.

António Pita considera ainda que, “é destes exemplos que necessitamos. Com este núcleo museológico queremos fazer uma apresentação biográfica do Salgueiro Maia, do homem, do militar, que mudou a história contemporânea portuguesa, mas, por outro lado, também fomentar a Cidadania, para a qual continuamos a contribuir todos os dias. É este o compromisso que temos com o museu que é um orgulho para todos os castelo-videnses. Para além disso, este novo espaço também contribuiu para a qualificação da oferta turística e cultural da região. Agora, quem vier para o nosso Alentejo tem mais um equipamento que pode visitar e onde pode desfrutar em família. As comunidades escolares também têm aqui um novo espaço de abordagem da Democracia e da Cidadania”.

HERÓI DA REVOLUÇÃO

Recordado como um grande herói da “Revolução dos Cravos”, o capitão Fernando Salgueiro Maia tinha apenas 29 anos quando o Movimento das Forças Armadas (MFA) lhe atribuiu um papel determinante na madrugada em que o regime do Estado Novo seria derrubado, depois de 48 anos de ditadura.

Dando cumprimento ao plano delineado pela Comissão Coordenadora do Movi-



Marcelo Rebelo de Sousa e António Pita

mento dos Capitães, Salgueiro Maia comandou a coluna militar que saiu de Santarém e marchou sobre Lisboa, ocupando o Terreiro do Paço às primeiras horas do dia 25 de abril de 1974. Mais tarde, foi também ele que comandou o cerco ao Quartel do Carmo, que terminou com a rendição de Marcelo Caetano. A revolta militar derrubou o regime praticamente sem o emprego da força e sem provocar vítimas. Os dois únicos momentos de tensão foram protagonizados pelo próprio Salgueiro Maia: o primeiro foi o encontro com um destacamento de blindados, até então obediente ao Governo, resolvido quando estas tropas tomaram posição ao lado dos revoltosos; o segundo ocorreu quando o capitão mandou abrir fogo sobre a parede exterior do quartel da GNR.

Finda a Revolução, Salgueiro Maia retomou modestamente o rumo da sua carreira militar e recusou sempre as honrarias que o regime democrático lhe quis atribuir. Dotado de enorme coragem, apontado como exemplo de modéstia e de integridade, o homem e o militar que lutou pelo País, faleceu prematuramente em 1992, com apenas 47 anos.



AUTARCAS DE EXCELÊNCIA

PARTE V



MUNICÍPIO DE RIO MAIOR

“Autarquias provaram que são capazes de se reinventar”

MUNICÍPIO DE RIO MAIOR

AUTARQUIAS PROVARAM QUE SÃO CAPAZES DE SE REINVENTAR”

Filipe Santana Dias atual presidente eleito nas últimas eleições autárquicas de 26 de setembro, tinha assumido a presidência da Câmara Municipal de Rio Maior em 2019, quando a anterior presidente, Isaura Moraes, tomou posse como deputada à Assembleia da República.

Apesar de reconhecer que não foi um primeiro mandato fácil, até porque teve que combater uma pandemia, Filipe Santana Dias também garante que, perante esta nova realidade, “as autarquias provaram que são capazes de se reinventar. As autarquias conseguiram ser a primeira tábua de salvação neste combate. É com orgulho que reitero que Rio Maior esteve sempre nessa frente de luta”.



Filipe Santana Dias



► “Sabemos que a vida de um autarca, por definição, não é fácil. Ainda assim este foi um mandato muito exigente, por causa da pandemia que tem vindo a assolar o mundo. Ninguém está preparado para um desafio como este”, assegurou Filipe Santana Dias, presidente da Câmara Municipal de Rio Maior. Apesar disso, o autarca também garante que foi nesse momento que ficou provado que as autarquias fazem falta às pessoas. “Temos o trunfo da proximidade. Por isso, podermos ter a real tarefa de fazermos a diferença para melhor na vida das pessoas ter no desempenho da nossa função foi uma bênção. Milhares de autarcas deste País passam por uma câmara ou por uma junta de freguesia sem nunca terem sentido que o seu papel era tão determinante como foi nesta pandemia”.

De acordo com Filipe Santana Dias, ao longo destes dois anos, as autarquias provaram, muito antes de qualquer ação do Governo Central, que “são capazes de se reinventar e de fazer chegar às pessoas soluções que ajudam a apaziguar as suas dificuldades. Além disso, de uma forma geral, as autarquias conseguiram ser a primeira tábua de salvação neste combate. É com orgulho que reitero que Rio Maior esteve sempre nessa frente de luta. Se fizemos tudo bem? Provavelmente não. Apesar disso, não tenho quaisquer dúvidas: estivemos sempre do lado da solução. As pessoas reconhecem que a comunidade, como um todo, trabalhou bem para minimizar esta situação”.

O autarca considera ainda que a reação imediata dos municípios, através da distribuição massiva de equipamentos de proteção individual (EPI) foi vital para o controlo da pandemia, numa primeira fase, “sem o custo de resultados catastróficos para as populações. As forças de segurança, as unidades de saúde e todos os profissionais desde os serviços municipais até aos bombeiros, cruz vermelha, entre outros, não estavam preparados para uma situação como esta, o que fez com que, no início, tenha sido muito difícil o acesso a todo o tipo de EPI. Estas soluções esgotaram rapidamente em todo o mundo. Felizmente,

soubemos antecipar-nos e adquirimos estes equipamentos três semanas antes das restantes autarquias, o que se mostrou de suma importância até porque nos permitiu equipar devidamente todos os serviços essenciais ao funcionamento do concelho. Além disso, substituímos o Estado Central e equipámos os profissionais de saúde de Rio Maior, os bombeiros locais e as forças de segurança. A verdade é que se não nos tivéssemos antecipado na aquisição depois não teríamos sido capazes de suprir a falta de resposta da Tutela. Quem está mais perto tem sempre o dever de ajudar, mesmo que essa não seja a sua competência direta”.

ATENÇÃO NAS PESSOAS

Com o objetivo de mitigar as consequências da pandemia, Filipe Santana Dias advoga que o Município adotou uma série de medidas. “Fomos um dos primeiros a isentar, por completo, a população do pagamento de todas as taxas ligadas ao consumo de água, resíduos urbanos, entre outros. Agilizámos ainda o funcionamento do nosso Gabinete de Inserção Profissional, por forma a que uma pessoa numa situação mais

preocupante pudesse, mais facilmente, obter integração no mercado de trabalho, ainda que a nossa taxa de desemprego seja residual”.

No que diz respeito ao tecido empresarial, o autarca assevera que o Município isentou, na totalidade, os espaços de restauração e hotelaria de todas as tarifas e taxas, sendo que também permitiu o alargamento da ocupação do espaço público sem qualquer contrapartida. Além destes apoios diretos atribuídos ao comércio local, no Natal, a Autarquia desenvolveu diversas atividades e campanhas para que os munícipes se sentissem impelidos e incentivados a consumir localmente, “ajudando os pequenos comerciantes de Rio Maior. No fundo, centramos a nossa atenção nas pessoas, tudo para que saíssemos desta pandemia o menos lesado possível”. Quanto à campanha de vacinação, Filipe Santana Dias congratula-se por Rio Maior ter sido dos primeiros concelhos a conseguir atingir a meta de metade da população vacinada. “Conseguimos obter um reforço de um milhão de vacinas quando o concelho não cumpria as metas para o desconfinamento. Agradeço a disponibilidade do senhor primeiro-

-ministro, António Costa, que foi sensível a esta questão e que atendeu a este nosso pedido. Nesta altura a vacinação decorre de acordo com o bom ritmo a nível nacional, estando concelho de Rio Maior já com 85 por cento da população vacinada.

Apesar disso, o presidente sublinha que, apesar do Município nunca ter descurado o combate à pandemia, centrou-se sempre futuro, orientando a sua ação para o regresso à normalidade. “A Autarquia nunca deixou de funcionar e de prestar serviços. Os investimentos também nunca foram colocados em causa, apenas adiados, em alguns casos. Pensamos sempre no nosso setor do turismo durante este período e continuámos a desenvolver as nossas obras estruturantes, o que fará que, logo que a condição sanitária o permita, possamos voltar, de forma quase imediata, à normalidade do desenvolvimento do concelho. A pandemia tem que ter um fim e temos que estar devidamente preparados para esse dia. Toda esta situação fez com que adquiríssemos uma grande capacidade de adaptação e de reação, o que também será uma mais-valia no futuro”.

INVESTIMENTOS EM CURSO

Filipe Santana Dias enaltece que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) está em curso, assim como o seu projeto mais marcante: a requalificação da zona ribeirinha de Rio Maior com criação de um novo parque urbano, o “Parque do Rio” obra que está já concluída. “Este é um espaço de lazer de grande qualidade para todos os riomaiorenses, ao mesmo tempo que devolvemos à cidade o rio que lhe dá nome. Infelizmente, durante décadas, o nosso rio foi desprezado. Ainda que o Município possa não ter feito nada para o prejudicar, certo é que também não fez nada para o proteger. Neste momento, a população mostra-se satisfeita com o regresso deste contato com o rio e com o usufruto das suas margens. Notamos este sentimento de pertença sempre que realizamos uma intervenção num curso de água. Este é um dos investimentos que incutiu em todos os riomaiorenses um novo sentimento de amor pela sua cidade. Se ser riomaiorense foi sempre um orgulho, hoje, as pessoas sentem que estão integradas numa comunidade com identidade e esse é o caminho que deve ser



“A AUTARQUIA NUNCA DEIXOU DE FUNCIONAR E DE PRESTAR SERVIÇOS. OS INVESTIMENTOS TAMBÉM NUNCA FORAM COLOCADOS EM CAUSA, APENAS ADIADOS, EM ALGUNS CASOS”

trilhado. As pessoas têm que se identificar com a sua terra e com aquilo que as torna únicas”.

A nível cultural, o autarca destaca Ruy Belo, poeta português de renome internacional, oriundo do concelho de Rio Maior. “Estamos a avançar com o projeto de requalificação da casa onde nasceu, onde surgirá agora uma Casa Museu e Residência Artística, o que permitirá a qualquer investigador que pretenda estudar a vida e obra do autor residir na própria casa do talentoso poeta. Para além disso, iremos avançar com a criação de uma rota literária que terá como temática principal a vida e obra de Ruy Belo”.

Filipe Santana Dias salienta ainda o importante projeto de requalificação da histórica “Moagem Maria Celeste”, situada no percurso do rio Maior, em pleno “Parque do Rio”. “Queremos que esta seja uma nova área de exposições e espaço multiusos. Faz ainda parte da intervenção na Zona Ribeirinha, a requalificação e valorização da Villa Romana, grande complexo arqueológico que possuímos, e onde nasceu agora um novo edifício que passou a albergar e proteger todo o espólio e património desta Villa, que esteve escondido da população durante mais de 20 anos. Queremos que a visita seja uma experiência por isso vamos apostar também na recriação da Villa em 3D. Para além disso, serão ainda criados laboratórios, estes na Moagem Maria Celeste, para

que o elemento da investigação ligado ao período Romano, também esteja assegurado e para que esta nova atração turística tenha uma componente didática. Se as Salinas são o ex-líbris do concelho, a Villa Romana, será o ex-líbris da cidade, num projeto global que pretende criar novos equipamentos culturais e potenciar o investimento de privados na recuperação do património edificado da zona histórica”.


O autarca explica que o Executivo está a organizar a cidade, por forma a conseguir atrair cada vez mais visitantes e, por conseguinte, mais investimento. “Rio Maior tem todas as condições para ser uma referência ao nível do turismo, a oferta precisava apenas de ser organizada e divulgada, trabalho que estamos atualmente a levar a cabo”, completa.

SMART SPORT CITY

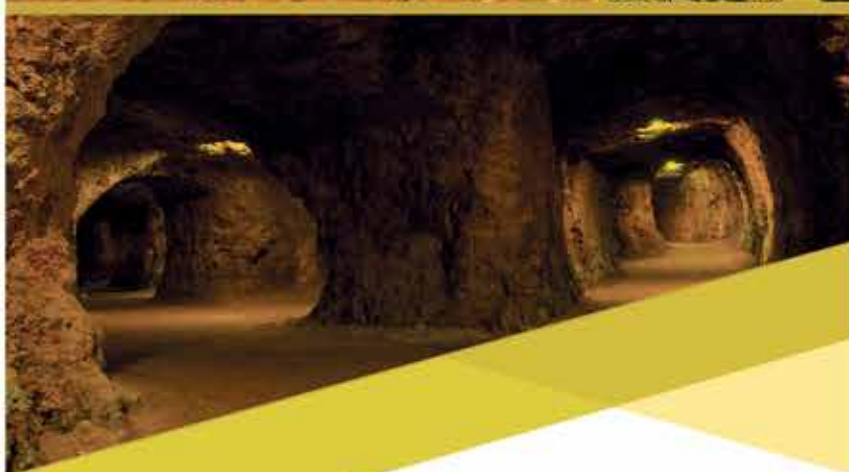
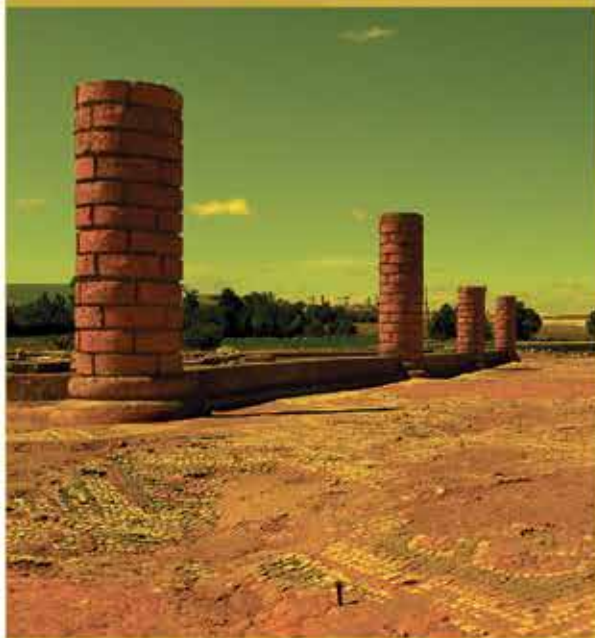
“Rio Maior é hoje um concelho em desenvolvimento por isso queremos continuar a implementar medidas e ações que visem potenciar o que de melhor temos, conquistando novas áreas de atratividade e criação de riqueza, mantendo a qualidade de vida reconhecida por todos os que aqui vivem, trabalham e nos visitam. Queremos manter a sustentabilidade da cidade. Rio Maior é, hoje, um concelho pacato, seguro, onde a qualidade de vida é um dos nossos maiores trunfos. Temos ainda indústrias únicas no mundo sedeadas no nosso concelho, o que se institui como um forte ele-



mento de diferenciação”, garante Filipe Santana Dias.

O autarca acredita que, no futuro, o Executivo que lidera será capaz de projetar Rio Maior na senda do progresso e do crescimento. Para isso, o presidente considera de vital importância a aposta em três linhas essenciais: “Desde logo, a já mencionada organização e divulgação do potencial turístico de Rio Maior. Para além disso, do ponto de vista empresarial e dos serviços, temos que desenvolver, ainda mais, o nosso parque industrial. Tem que existir essa vontade e essa dinâmica de ambicionarmos sempre mais e melhor. Só no último ano e meio foram vendidos 16 lotes num dos nossos parques industriais, o que demonstra a qualidade do trabalho e o esforço que temos levado a cabo a este nível, no intuito de serem criados ainda mais postos de trabalho, incrementando o investimento através da captação de indústria diferenciadora. Por fim, como é de foro público, somos a cidade do desporto. Não existe mais nenhum município no País com a nossa dimensão e com a oferta de equipamentos desportivos que possuímos, sendo que também temos oferta de educação de nível superior ligada ao setor do desporto. Assim, temos que interligar todos estes fatores e captar indústrias ligadas ao desporto que encontrarão em Rio Maior todas as condições para que possam surgir. Falamos tanta da indústria de produção, como daquela que mais ambicionamos: a indústria do conhecimento e do desenvolvimento. De lembrar que os melhores atletas do mundo de várias modalidades estagiam anualmente em Rio Maior, o que faz com que exista capacidade instalada para o desenvolvimento de novos produtos e soluções específicos para este setor de negócio. Queremos tornar Rio Maior na primeira *smart sport city* do País”, conclui. 

torres novas



Um concelho
empreendedor,
com qualidade de vida,
atractivo, solidário
e sustentável.



www.cm-torresnovas.pt



PRESIDENTE DA REPÚBLICA PRESENTE

A cerimónia de inauguração da Casa da Cidadania contou com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que aproveitou a presença em Castelo de Vide para depositar uma coroa de flores junto ao busto de Salgueiro Maia (agraciado em 2016, a título póstumo, pelo atual chefe do Estado, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique). “Durante a Revolução, Salgueiro Maia esteve sempre vigilante, atento e interventivo, um verdadeiro líder, ao lado de tantos outros líderes que lutaram pelo fim de uma ditadura e pelo começo de uma democracia. Esta é uma homenagem a um cidadão singular que merece ser homenageado enquanto homem, cidadão, militar e democrata. O seu carácter foi sempre muito forte, a sua personalidade marcante, a sua humildade permanente. Ele foi o retrato do que de melhor existe no povo português”, referiu Marcelo Rebelo de Sousa que considerou que “esta Casa da Cidadania não é uma espécie de memória do passado, fechada, acabou, terminou. O objetivo deste espaço é mais do que essa evocação. É um apelo à Cidadania dos mais novos, por forma a valorizarem os valores e as conquistas de abril. É vital que se enalteçam as memórias do passado em direção ao futuro de um homem que foi militar desde o seu nascimento, até à sua morte e de um homem que nos abriu o caminho para a Democracia”, sublinhou. “Este projeto é o exemplo da visão que procuramos ter para a preservação, promoção e divulgação do património cultu-

“O OBJETIVO DESTES ESPAÇOS É MAIS DO QUE ESSA EVOCÇÃO. É UM APELO À CIDADANIA DOS MAIS NOVOS, POR FORMA A VALORIZAREM OS VALORES E AS CONQUISTAS DE ABRIL”


ral, em que ele é, ao mesmo tempo, memória de um passado e das vivências que testemunhou, ou seja, uma ponte para a História, mas também uma ponte para o futuro, servindo como plataforma para o desenvolvimento cultural e cívico das pessoas e dos territórios”, ressaltou Ângela Ferreira, secretária de Estado Adjunta e do Património Cultural, que também esteve presente na iniciativa. A cerimónia contou ainda com a presença da secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes, Catarina

Sarmento e Castro e da sirectora regional de cultura do Alentejo, Ana Paula Amendoeira.

A Casa da Cidadania Salgueiro Maia resulta de um projeto da Câmara Municipal de Castelo de Vide e da Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCA Alentejo). De acordo com António Pita, “o núcleo museológico corresponde à primeira e mais importante fase do projeto, sendo que está prevista, para uma segunda fase, a construção de uma loja, de uma sala de exposições, e uma área



para bar e esplanada”. A candidatura foi apresentada pela DRCA Alentejo a fundos comunitários, cofinanciada em 85% pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), em protocolo com a Câmara de Castelo de Vide, que assegurou a contrapartida nacional deste investimento, cerca de 600 mil euros. “Tivemos que assumir sozinhos este valor para a valorização de património nacional. Estes fundos foram retirados dos cofres municipais e significaram um avultado investimento para um Município de pequena dimensão como o nosso. Sendo assim, esta decisão obrigou-nos a uma decisão política de grande determinação e só possível com uma gestão financeira equilibrada”, asseverou António Pita. Segundo o autarca, a segunda fase do projeto, que totaliza três milhões de euros de investimento, está “pendente” de verbas que venham a surgir no próximo quadro comunitário de apoio. “Difícilmente poderemos permanecer sozinhos nesse segundo momento. Para já estamos ainda muito desiludidos com os projetos culturais que estão previstos para o Alentejo no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência [PRR]. Contudo, acreditamos que, perante esta obra, a Tutela esteja agora mais sensibilizada para a importância deste projeto como alavanca de desenvolvimento cultural do Interior do País”, completa.

Para além da inauguração da Casa da Cidadania Salgueiro Maia, o 77º aniversário de Salgueiro Maia ficou ainda marcado pela apresentação do livro “Das Guerras em África à Revolução dos Cravos”, de Moisés Cayetano Rosado, com prefácio de Marcelo Rebelo de Sousa, pela abertura da exposição “A Chaimite na Revolução - Momentos”, de Alfredo Cunha, e por um concerto da Orquestra sem Fronteiras, na Igreja Matriz de Castelo de Vide. 





indústrias. Hoje, não conseguimos responder afirmativamente a todos aqueles que ali se querem fixar, o que não faz sentido”.

Almejando também a fixação das populações, o autarca advoga que o Município irá continuar também a apostar nas suas doze freguesias, dotando-as de equipamentos essenciais para o seu dia a dia, “evitando que as pessoas tenham que se deslocar do interior para a sede do concelho. Assim, iremos continuar a investir em equipamentos culturais, desportivos, escolares, entre outros”.

Aires Pereira mostra-se um acérrimo defensor da transferência de competências para as juntas de freguesia e explica porquê: “Atribuímos a dotação financeira e cada junta, localmente, decide e executa as obras que considera mais prementes para aquela população. São eles que estão no terreno e que melhor conhecem os anseios das pessoas, sendo que são aqueles que estão mais perto que melhor resolvem as problemáticas. Assim, desburocratizamos todo o processo e a execução de obras torna-se, desta forma, muito mais célere e eficaz. Para além disso, o estímulo para os nossos presidentes de junta também é muito maior, uma vez que executam obra sem terem que estar a pedinchar esmolas à Câmara. São eles que decidem de que forma as verbas são aplicadas, não têm que vir à Câmara todas as semanas solicitar financiamento. Claro que, no caso de empreitadas mais complexas, a Autarquia intervém, mas na intervenção na rua, na escola, na pequena requalificação de um edifício, a junta de freguesia é completamente autónoma e gere o seu orçamento da forma que considera mais profícua”.

“OS DIVERSOS LARES TAMBÉM FICARAM MUITO DESPROTEGIDOS PORQUE A SEGURANÇA SOCIAL PRATICAMENTE DESAPARECEU E TIVERAM QUE SER AS AUTARQUIAS A ASSEGURAR O APOIO DEVIDO A ESTAS ESTRUTURAS”

DESAFIO COVID

Questionado sobre as problemáticas criadas pela atual pandemia, o presidente assegura que os constrangimentos foram sentidos em muitas atividades que estavam previstas e que não foi possível realizar, nomeadamente, no setor cultural e com uma vertente mais lúdica e que são financiadas pelo orçamento municipal. “A pandemia obrigou-nos a contrair o nosso investimento por força do esforço que tivemos que realizar no combate a esta doença e à mitigação das suas consequências. Assim, para além da pandemia ter feito com que as receitas do Município tenham decrescido exponencialmente, uma vez que, em diversas áreas, deixou de haver atividade económica, também nos trouxe despesas acrescidas”. Neste âmbito, Aires Pereira destaca todo o apoio que o Município prestou a todas as IPSS concelhias, nomeadamente, com o fornecimento de todo o tipo de equipamentos de proteção individual. “Os diversos lares também ficaram muito desprotegidos porque a Segurança Social praticamente desapareceu e tiveram que ser as autarquias a assegurar o apoio devido a estas estruturas, para que fossem capazes de suprir as necessidades e prestar um serviço de qualidade a todos os seus utentes”, sublinha o autarca.

No que concerne aos apoios dados ao tecido empresarial e ao pequeno comércio, o autarca refere que, desde lo-

go, a Autarquia deixou de cobrar renda a todos os seus inquilinos. Para além disso, isentou os empresários do pagamento de todo o tipo de taxas que são pagas ao Município, como esplanadas e publicidade. O pagamento de estacionamento à superfície também deixou de ser cobrado, “o que incentivou as pessoas a consumirem no comércio local”. Paralelamente, aquando do segundo confinamento, quando os restaurantes optaram pelo regime de *take-away*, a Autarquia ofereceu aos empresários locais mais de 70 mil embalagens, o que representou um investimento extra significativo para o Município. “Quisemos que este não fosse mais um custo para os restaurantes e que estes tives-

sem todas as condições para poderem continuar a operar”.

Aires Pereira assevera ainda que o Município realizou um investimento diferenciado: a criação de uma plataforma digital Marketplace “É Bom Comprar Aqui!” investindo, assim, na modernização e digitalização de todo o comércio local. “As empresas pequenas não têm recursos para a criação de uma plataforma própria e para a sua presença no mercado digital, daí que tenhamos realizado este investimento por elas, até porque esta solução é completamente gratuita. A Autarquia realiza ainda as fotos de todos os produtos que os comerciantes pretendem colocar à venda. Neste momento, a plataforma é já um enorme sucesso e contempla mais de 200 empresas locais. Esta resposta, além de ajudar as empresas, também confere um cartão de fidelização aos consumidores poveiros, que lhes oferece um desconto inicial de cinco por cento na fatura da água. Com a mesma medida conseguimos apoiar o comércio e as famílias”, assegura o autarca que completa que foram vários os apoios concedidos às famílias. “Muitas deixaram de ter meios para pagar a renda de casa ou as despesas relacionadas com o consumo de água, eletricidade ou gás. Assim, reforçamos o nos-






so Fundo de Emergência Social em mais de 500 mil euros”.

Por fim, o Centro Ocupacional de Averno-Mar foi transformado em Centro de Vacinação Covid-19 do ACeS (Agrupamento de Centros de Saúde) Póvoa de Varzim/Vila do Conde. “Criámos as condições logísticas necessárias para esta campanha, através da disponibilização de pessoal auxiliar bem como de toda a infraestrutura. A polícia municipal controlou todos os acessos e o estacionamento, as nossas equipas administrativas auxiliaram com todos os agendamentos e processo burocrático inerente, enquanto que as nossas equipas de limpeza asseguraram a higienização constante de todo o espaço. Esta parceria com as autoridades de saúde fez com que a campanha de vacinação decorresse de forma muito positiva. Chegámos a vacinar mais de 500 pessoas por dia, ainda que estivessemos sempre dependentes da quantidade de vacinas disponíveis. Curiosamente, a vacina quatro milhões no País foi ministrada, precisamente, no nosso centro”. Estes são apenas alguns exemplos das diversas medidas de mitigação desta pandemia que a



Autarquia poveira já colocou no terreno e que significaram um investimento superior a 2.5 milhões de euros.

Em jeito de balanço, o autarca refere que, “felizmente, até agosto de 2020, o número de infeções foi sempre baixo e controlado em todo o concelho. Contudo, nesse mês, a vinda de um emigrante brasileiro provocou um surto numa grande fábrica, com mão de obra proveniente de vários concelhos. Foi a partir desse momento que a situação se tornou mais complicada na região, resultando em números mais preocupantes até ao final de janeiro de 2021. Apesar disso, findo esse período, a situação melhorou porque as pessoas sabem que a nossa postura é firme e determinada. As regras estabelecidas são para cumprir escrupulosamente e temos um plano definido a médio e longo prazo. O

percurso está definido e não muda de acordo com as vontades deste ou daquele grupo de cidadãos. Os poveiros até podem não concordar com esta ou com aquela medida, contudo, gostam de saber as estratégias definidas, as vantagens e desvantagens e o que está em causa em cada momento para que possam atuar em conformidade. Assim, somos muito claros nas nossas tomadas de decisão e na nossa comunicação, o que fez com que a comunidade poveira tenha respondido prontamente ao desafio deste combate e ao confinamento, com o encerramento, por exemplo, da marginal. Claro que lamentamos que este ano também se não tenha festejado o São Pedro na Póvoa, porém, tivemos que vencer esta batalha e recuperar definitivamente as nossas vidas novamente”, conclui. 



DESAFIOS NA POLÍTICA DO SÉCULO XXI

“Considero que os decisores políticos olham para o País de forma diferenciada, o que faz com que os deputados protejam aquela que é a sua perpetuação naquele cargo. Assim, se a limitação de mandatos existe para os presidentes de câmara e para os presidentes de junta deveria estender-se a todos os restantes cargos políticos eleitos. O Presidente da República, o nosso primeiro representante, só pode fazer dois mandatos, num total de dez anos”, advoga Aires Pereira que considera que, a haver limitação, esta deveria ser de 15 anos, traduzidos em três mandatos de cinco anos cada. No caso de se manterem os 12 anos, seria preferível dois mandatos de seis anos. “Para quem chega a uma autarquia quatro anos é pouco tempo para perceber como é que a estrutura funciona, qual a situação financeira, definir projetos, abrir concursos e aguardar o parecer do Tribunal de Contas. Finalmente, quando a obra pode avançar, o mandato está a terminar e a oposição a tecer acusações de que aquelas são obras eleitoralistas”.

Aires Pereira sustenta ainda que a sociedade, de uma forma geral, também não aprendeu ainda a lidar com a digitalização. “A imprensa, dita tradicional, que escreve e que dá a cara por aquilo que faz, está muito limitada e tem grandes dificuldades em competir com as redes sociais, setor onde não existe qualquer tipo de regulação, onde se pode dizer o que se quer, ofender quem se quer, sem que existam quaisquer consequências. Existe ainda uma tendência exacerbada para dar protagonismo a notícias falsas ou altamente questionáveis, sendo que quando é preciso elogiar já não aparece ninguém. A verdade é que a sociedade ainda não se organizou para lidar com este fenómeno de uma forma responsável. Não é exequível o detentor de um cargo público apresentar queixa em tribunal sempre que alguém o insulta numa rede social. Infelizmente, ainda não conseguimos atingir o estágio de responsabilização que a imprensa dita tradicional tem, situação que deveria ser devidamente acautelada”.

FICHA TÉCNICA - Propriedade, Edição, Administração e Autor: Páginautêntica – Publicações, Lda **Administração, Redação e Departamento Gráfico:** Rua Alto do Pinoco, N.º 7 A Bragadas
4870-251 Bragadas, Santo Aleixo de Além-Tâmega – Tel. 225 360 898 / 259 010 952 – geral@empresasmais.pt, www.empresasmais.pt

Diretor de Publicação: Alberto Santos **Periodicidade:** Bimestral **Depósito Legal:** 370221/14

Os artigos nesta publicação são da responsabilidade dos seus autores e não expressam necessariamente a opinião do editor. Reservados todos os direitos, proibida a reprodução, total ou parcial, sem prévia autorização do editor. A paginação é efetuada de acordo com os interesses editoriais e técnicos da revista, exceto nos anúncios com localização obrigatória paga. O editor não se responsabiliza pelas inserções com erros, lapsos ou omissões que sejam imputáveis aos anunciantes. Quaisquer erros ou omissões nos conteúdos não são da responsabilidade do editor.

MUNICÍPIO DE BEJA

CONTINUAR A RENOVAR, VALORIZAR E PROMOVER BEJA

Paulo Arsénio, presidente da Câmara Municipal de Beja, defende que, no futuro, é preciso continuar a renovar, valorizar e promover o concelho. Apesar de reconhecer que este foi um mandato desafiante, devido à pandemia, o autarca assevera que, ao longo dos últimos quatro anos, Beja tornou-se “um Município credível, com uma voz forte no panorama nacional, um Município respeitado, que está a trilhar, de forma muito humilde, o seu caminho de aproveitamento de fundos comunitários para renovações urbanas que eram absolutamente necessárias há décadas e que, por falta de coragem ou de capacidade nunca tinham sido executadas”.



► “A Covid-19 interferiu, de forma significativa, com todas as autarquias do País e Beja não foi exceção, sendo que a pandemia acabou mesmo por condicionar a nossa governação. Por um lado, um conjunto de obras viu o seu ritmo a desacele-

rar de forma significativa. Por outro, a atividade do Município, sobretudo a nível cultural, ficou seriamente diminuída. Para além disso, em termos sociais, também tivemos que reforçar a nossa ação, o que não era expectável no início do mandato. Esta mudança exigiu do Município um esforço suplementar do ponto de vista orçamental. Tivemos que nos adaptar a uma nova realidade, desafio que cumprimos de forma rápida. Considero que estivemos à altura de responder às necessidades das pessoas, sobretudo daquelas que apresentaram maiores dificuldades durante este período. Para além disso, procuramos fazer aquilo que é apanágio dos autarcas: estar próximos e lutar pelo superior interesse das populações, não deixando ninguém para trás. Sem querer ser juiz em causa própria, considero que

fomos bem-sucedidos nesta missão”, defende Paulo Arsénio, presidente da Câmara Municipal de Beja.

Apesar da pandemia, o autarca esclarece que olha para o programa eleitoral que apresentou à população, em 2017, com bastante satisfação, uma vez que o Executivo conseguiu realizar uma parte bastante significativa dos planos apresentados. “Claro que alguns projetos não foram executados por falta de meios financeiros ou técnicos ou, até mesmo, por falta de capacidade do Executivo, uma vez que não somos perfeitos. Contudo, em compensação, também sabemos que foram concretizados muitos projetos que não apareciam nesse manifesto”. O presidente considera mesmo que os programas eleitorais não devem ser encarados como “bíblia que temos que cumprir es-



Paulo Arsénio

crupulosamente. Este são apenas referências sobre as quais nos devemos guiar, uma vez que foi nessa base que o eleitorado votou e foi esse o projeto sufragado, pelo que não podemos fazer dele tábua rasa. Se, em política, no final de cada mandato todos os programas eleitorais fossem cumpridos na mesma medida do nosso, estou confiante de que os cidadãos teriam outra confiança na políti-





ca e nos políticos. Olhando para trás estamos muito satisfeitos, uma vez que, apesar de todas as vicissitudes conseguimos um elevado grau de concretização do nosso programa”.

Paulo Arsénio lembra que, quando o atual Executivo tomou posse as diversas obras que agora estão concretizadas não tinham projeto apresentado ou financiamento assegurado. Assim, em quatro anos, “tivemos que fazer o projeto, encontrar o financiamento, lançar a empreitada e concretizar a obra. Desse ponto de vista realizámos um trabalho muito difícil e para o qual olhámos agora com muita satisfação e orgulho”, completa.

O COMBATE À PANDEMIA

No combate à pandemia, o autarca afirma que todos reconhecemos a importância dos equipamentos de proteção individual (EPI). Apesar disso, o presidente admite que, aquando da primeira vaga, o acesso a estes equipamentos foi muito difícil, “uma vez que eram escassos. O mundo inteiro procurava adquirir estes equipamentos em grande quantidade e as unidades de produção não conseguiam fazer face à procura que superava largamente a oferta, o que fazia com que os preços praticados fossem exorbitantes. Assim, tivemos que esperar algum tempo pela entrega da primeira remessa. Quando isso aconteceu, ainda que tenhamos distribuído uma boa quantidade de equipamentos, esta foi sempre inferior ao que gostaríamos de ter feito, nomeadamente no que diz respeito às IPSS que existem no concelho”. Paulo Arsénio reconhece que, na primeira vaga, felizmente, o Município teve a capacidade interna para produzir largas centenas de viseiras, com recurso a impressoras 3D, propriedade da Autarquia, e que estão alocadas às escolas para projetos de robótica. Estes equipamentos foram depois entregues às IPSS, hospital, bombeiros e forças de se-



“FOMOS O ÚNICO MUNICÍPIO A SOLICITAR À DGS QUE, NUMA DETERMINADA FASE, CORRIGISSE OS NÚMEROS QUE TINHAM SIDO APONTADOS AO CONCELHO, UMA VEZ QUE OBRIGARIAM O COMÉRCIO A FECHAR PORTAS DURANTE 15 DIAS”

gurança. “Já as máscaras e outro tipo de EPI, à medida que íamos conseguindo a sua aquisição, procedíamos também à sua distribuição”, sublinha.

O presidente assevera que, com toda esta situação, o pequeno e médio comércio local está a atravessar um período difícil, “situação complexa de combater para uma Autarquia de média dimensão como a nossa”. Neste contexto, de acordo com Paulo Arsénio o que a Autarquia pretende

com as várias medidas implementadas é, sobretudo, promover o Concelho do ponto de vista turístico e criar atratividade de compra no comércio local através da dinamização de sorteios e atividades de rua “que não colidam com as regras estabelecidas pela Direção Geral de Saúde [DGS]. Queremos levar as pessoas até ao Centro Histórico, mas temos que ter sempre o cuidado, por forma a evitarmos ajuntamentos, o que seria contra-



producente num momento como este”. Por outro lado, o autarca advoga que o Executivo tenta proteger o concelho, evitando que a Covid-18 alastre, por forma a que o comércio não tenha que encerrar novamente. “Aliás, fomos o único Município a solicitar à DGS que, numa determinada fase, corrigisse os números que tinham sido apontados ao Concelho, uma vez que obrigaríamos o comércio a fechar portas durante 15 dias. Felizmente, a DGS foi sensível aos nossos argumentos e foi a primeira e única vez que alterou os valores anteriormente apresentados. Tínhamos razão nos nossos intentos e expusemos o nosso caso de forma muito assertiva e correta e os nossos anseios foram atendidos para bem de todo o comércio local”.

Paralelamente, de acordo com o presidente, a Autarquia dinamiza ainda uma série de medidas que são transversais também para o comércio. Assim, o Município tem registado uma descida sustentada do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), estando este fixado, neste momento, “no valor mais baixo de sempre. Para além disso, e pela primeira vez no concelho de Beja, também conseguimos baixar o valor da derrama, o que faz com que, desta forma, os operadores fiquem com mais dinheiro do seu lado, ao invés de terem que o entregar ao Município de Beja”.

A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO

No que concerne à campanha de vacinação, Paulo Arsénio afirma que esta está a decorrer de forma muito positiva no concelho sendo que, para esse sucesso, a Autarquia teve um papel preponderante, na medida em que cedeu o espaço necessário à instalação do Centro de Vacinação, sendo que também procedeu ao seu equipamento. O centro está localizado no Parque de Feiras e Exposições de Beja (Pavilhão dos Sabores). Para além disso, “também disponibilizámos diversos recursos humanos para auxílio das diversas equipas médicas, assim como assegurámos a limpeza, desinfeção e manutenção de todo o espaço. Na opinião da Autoridade Local de Saúde o centro tem funcionado de forma excelente, o que tem permitido a vacinação célere de toda a população, contribuindo para que, neste momento, o Alentejo seja a região do País que está mais avançada neste processo”. O autarca garante que o concelho não regista qualquer problema nos lares locais há vários meses, “mais-valia só possível



mesmo tempo que promovemos Beja do ponto de vista industrial e turístico de forma firme e assertiva. Infelizmente, no passado, o concelho atingiu um estado de degradação elevado, realidade que temos vindo a inverter. Queremos que este seja um concelho cada vez mais moderno e atrativo para todos aqueles que optam por aqui experienciar o seu projeto de vida até porque somos detentores de uma excelente localização geográfica e temos um equipamento de excelência: o aeroporto que começa já a ter utilidade prática [a reparação de aeronaves], mas que pode ser ainda mais explorada. Estamos num verdadeiro eixo estratégico, na medida em que estamos localizados entre Lisboa e o Algarve, entre Sines e a fronteira espanhola. Temos também uma agricultura nova que tem impulsionado a região, setor que também deve ser promovido”.

Por fim, Paulo Arsénio é perentório: “Ao longo dos últimos quatro anos tornámo-nos um Município credível, com uma voz forte no panorama nacional, um Município respeitado e que está a trilhar, de forma muito humilde, o seu caminho de aproveitamento de fundos comunitários para a realização de renovações urbanas que eram absolutamente necessárias há décadas e que, por falta de coragem ou de capacidade, nunca tinham sido executadas. Se não foram concretizadas no passado estão a sê-lo no presente, o que prova que quando surgimos com este projeto de renovar, valorizar e promover Beja o fizemos com os pés muito bem assentes no chão, conhecedores dos valores e dos projetos que estávamos a defender. Atualmente, Beja está a conhecer o maior volume de obras da sua história desde o Programa Pólis, obras que melhoram muito o nível de qualidade de vida de quem aqui habita, assim como de todos aqueles que nos visitam”, conclui. ✚

MANDATOS DE CINCO ANOS

Paulo Arsénio defende que a limitação de mandatos imposta a um autarca devia ser de dez anos, e não 12, traduzidos em dois mandatos de cinco anos, em detrimento de três de quatro, à semelhança do que o que acontece com o Presidente da República. “Caso se mantenham os 12 anos, considero que seria mais benéfica a realização de dois mandatos de seis anos. Esta solução seria muito mais profícua, tendo em conta o tempo necessário entre a criação de um projeto de raiz, a obtenção de financiamento e a concretização da obra. O que acontece na atualidade é que são lançadas obras no último ano do mandato, o que não faz sentido até porque leva as populações a desconfiarem e a alegarem que o lançamento da obra se prende com as eleições que se vão realizar, o que não corresponde à verdade”.

O autarca considera ainda que, apesar dos deputados desempenharem um cargo de natureza diferente de um autarca, uma vez que não é executivo, “devia ser definido um tempo limite para os mandatos, depois do qual se seguiria, obrigatoriamente, um período de interrupção”.



porque, efetivamente, avançamos prontamente com a vacinação da nossa população mais idosa. Apesar disso, também não podemos esquecer a importância da testagem. Assim, temos assegurado a contínua testagem do pessoal docente e não docente que se encontra nas nossas escolas, assim como dos bombeiros voluntários. Por isso, tanto ao nível da testagem como da vacinação, os meios do Município têm sido fundamentais neste combate”.

RENOVAR, VALORIZAR E PROMOVER

Paulo Arsénio defende que, para o futuro do concelho, é fundamental que a Autarquia saiba aproveitar muito bem os fundos comunitários que estarão disponíveis no âmbito do próximo quadro comunitário de apoio. “Temos que estar atentos a todas as candidaturas que possam abrir. O sucesso destas candidaturas será decisivo. Temos que ser muito claros,



objetivos e sérios e reconhecer que autarquias, como a de Beja, não conseguem realizar a maior parte das intervenções necessárias se não beneficiarem de financiamento comunitário. Com recurso a fundos próprio é quase impossível a realização de obra ou a implementação de melhorias estruturais que o Município precisa agora e que precisará sempre, uma vez que as obras nunca estão todas feitas. As necessidades das populações mudam, assim como as realidades. Haverá sempre projetos a realizar e melhorias a fazer, até porque este é um ato contínuo, nunca terminado, sobretudo quando queremos sempre mais e melhor para o nosso concelho”.

O autarca considera ainda que é essencial continuar a renovar, valorizar e promover Beja. “Recuperar o Centro Histórico e todos os equipamentos e edifícios públicos que pertencem à Autarquia e que estão degradados e devolutos, ao

MUNICÍPIO DE MAÇÃO

“PODER LOCAL DEU PROVA DE MATURIDADE E DE IMPORTÂNCIA”

Em entrevista ao Empresas +®, Vasco Estrela, presidente da Câmara Municipal de Mação, é perentório: “Se alguma coisa ficou vinculada com esta nova realidade foi a suma importância do poder local. Todos aqueles que, de forma recorrente, criticam o poder local e os autarcas, que alegam que existem câmaras a mais, devem agora corar de vergonha porque perceberam que, se não fossem as autarquias, a pandemia não teria sido gerida de forma tão eficaz. O poder local deu uma prova de maturidade e da sua importância junto das populações”.



Vasco Estrela



► Vasco Estrela, presidente da Câmara Municipal de Mação, assegura que, apesar de todas as vicissitudes e desafios, o Executivo conseguiu cumprir, no essencial, todos os projetos delineados aquando da tomada de posse, em 2017. “Não atribuo à pandemia a causa de qualquer insucesso. Apesar disso, reconheço que este mandato não foi con-

vencional. Claro que a realização e conclusão de algumas obras foi adiada e estas não foram concretizadas nos prazos previstos. Além disso, não podemos esquecer a falta de empreiteiros existente no mercado, e a carência de alguns materiais, o que também prejudicou várias obras. Todas estas condicionantes afetaram as realizações que tínhamos previsto, nomeadamente ao nível da promoção e da divulgação do concelho, numa série de oportunidades que podiam ter acontecido e que não foram possíveis. Contudo, volto a reiterar que este Executivo nunca se irá desculpar com a pandemia, como forma de explicar aquilo que ficou por fazer, até porque o essencial das ações com as quais nos tínhamos comprometido com a população do concelho de Mação, em 2017, já foi ou está a ser cumprido”.

O autarca constata que, do ponto de vista orçamental, o Município teve que realizar alguns ajustes, tal como aconteceu na maioria das autarquias que, “felizmente, foram capazes de acomodar estas mudanças, ainda que essa decisão se possa refletir, mais tarde ou mais cedo, na sua capacidade de investimento e/ou de endividamento. No nosso caso, fomos capazes de suportar estas mudanças e de lançar medidas de apoio generosas a empresas, instituições e cudadãos”.

O edil reconhece que, em alguns casos, a Autarquia teve que se sobrepôr ao Estado Central e dá como exemplo, “o caso dos computadores que foram prometidos às nossas crianças e que nunca foram entregues e que tivemos que adquirir, ou as rendas e meses de consumo de água que os nossos municí-

pes ficaram isentos de pagar. O Governo também decidiu que todas as escolas iriam funcionar na modalidade de ensino à distância sem acautelar que as crianças tinham condições para isso. Assim, mais uma vez, a Autarquia teve que avançar e oferecer e instalar routers para acesso à Internet para que as nossas crianças pudessem assistir devidamente às aulas, entre muitos outros exemplos”.

Vasco Estrela afirma que a pandemia não trouxe nada de bom. Contudo, “se alguma coisa ficou vinculada com esta nova realidade foi a suma importância do poder local, nomeadamente as câmaras municipais e das juntas de freguesia. Todos aqueles que, de forma recorrente, criticam o poder local e os autarcas, que alegam que existem câmaras a mais, devem agora corar de vergo-

nha porque perceberam que, em muitos locais, se não fossem as autarquias, a pandemia não teria sido gerida de forma tão eficaz. Podem alegar que se as câmaras fossem em menor número, mas maiores, a gestão teria sido também realizada. Ainda que acredite nesse argumento, também acredito que as dificuldades teriam sido muito maiores, uma vez que a proximidade não teria sido a mesma. O poder local deu claramente uma prova de maturidade e da sua importância junto das populações, devido à nossa proximidade e à nossa capacidade de articulação e de estabelecimento de parceria com todas as entidades locais”.

SEMPRE NA LINHA DA FRENTE

O autarca assevera que o Município esteve sempre na linha da frente. Nesse sentido, numa primeira fase, a Autarquia atribuiu um pacote financeiro de cerca de 400 mil euros distribuídos por diversas medidas de apoio aos cidadãos, empresas, aquisição de testes, máscaras, equipamentos de proteção individual e desinfeção de espaços públicos. Já em 2021, será esta a ser usado um novo pacote com um valor estimado de 150 mil euros.

O edil explica que as medidas tomadas foram das mais diversas e passaram pelo apoio ou isenção no pagamento de rendas durante alguns meses, assim como pela isenção do pagamento da fatura da água durante alguns meses. No que concerne ao apoio dado às instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e bombeiros, foram atribuídas ajudas num valor superior a 63 mil euros, sem contar com os apoios fornecidos ao nível dos equipamentos de proteção individual, sendo que o Município já distribuiu mais 70 mil máscaras. Vasco Estrela reconhece “o enorme esforço e espírito de sacrifício que estas instituições estão a fazer para preservar a saúde dos mais vulneráveis”.

Atento à situação epidemiológica e à forma como a pandemia se vai repercutindo no concelho, o autarca advoga que o Município está em permanente contacto com as entidades de saúde competentes, avaliando e adaptando as suas medidas de apoio, assim como procedimentos de acordo com a evolução da doença”. O edil completa ainda que a população mais idosa, não institucionalizada, continua a ser contactada pelas técnicas do Serviço de Ação

MENSAGEM A TODOS OS MUNICÍPIES

“Todos temos sido corajosos e compreensivos. Desde o início que afirmo que esta pandemia não nos torna mais solitários, mas que nos deve tornar mais solidários. Assim temos que perceber que só conseguiremos vencer este desafio se permanecermos. Todos estão a dar o seu melhor. Por isso, tenham força, coragem e resiliência, compreendam o outro e sejam sempre mais solidários”.

Social da Autarquia, por telefone e presencialmente, com as devidas medidas de proteção, procurando atenuar a solidão a que estes tempos obrigam, sendo que o Município também disponibiliza transporte gratuito para que esta população se possa deslocar até ao local de vacinação.

Questionado sobre a forma como a campanha de vacinação está a acontecer no concelho, Vasco Estrela assevera que esta está a decorrer de forma positiva, sendo que, neste momento, cerca de 20 por cento da população já se encontra vacinada, nomeadamente as pessoas mais velhas e com comorbilidades, as forças de segurança e socorro, agentes educativos e agentes e utentes do setor social.

PRESENTE E FUTURO

O autarca afirma que, neste momento, diversas obras estão em curso no concelho e destaca o término de grandes obras, como a requalificação do Cine-teatro, a construção do Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), bem como o lançamento da obra para requalificação das piscinas descobertas, o avanço para obras no piso inferior do Museu Municipal e a conclusão da Rota das Pesequeiras e passadiços de Ortiga.

Quanto à requalificação do Cine-teatro, o edil esclarece que esta era “muito esperada, pela necessidade efetiva e por tudo o que representa para Mação”. De acordo com Vasco Estrela, o grande objetivo deste projeto passa por “recuperar as condições de conforto e segurança que permitam o seu uso global nas várias atividades culturais que a Autarquia e agentes culturais promovem no concelho e região”. O projeto representa um investimento de cerca de 700 mil euros, sendo que se prevê um apoio na ordem dos 283 mil euros no âmbito do

PARU - Plano de Ação de Regeneração Urbana. Importa referir que o projeto de requalificação mantém a traça do edifício que terá, no rés do chão, um auditório, foyer com um espaço de apoio aos utilizadores, um balcão de atendimento, espaço de bar (também de apoio à esplanada) e sanitários. Enquanto que, no primeiro piso, haverá um espaço para exposições, pequenos colóquios ou ações de formação.

A obra de requalificação do Cine-teatro “integra um conjunto de intervenções que a Câmara de Mação está a implementar nos edifícios e espaços públicos, recuperando-os e adaptando-os a novas valências, sob pena, se tal não for feito, se perca uma parte significativa da memória desta vila”, reitera o autarca.

No que concerne ao CAO, resposta social que resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Mação, o Centro de Recuperação e Integração de Abrantes (CRIA) e a Segurança Social, o edil explica que este equipamento terá capacidade para 30 utentes mais 20 pessoas portadoras de deficiência em regime de lar residencial. Esta é uma empreitada com investimento global superior a um milhão de euros, “que vem preencher uma lacuna que tínhamos na região em termos sociais. Esta é uma obra consensual no concelho e espero que assim seja vista e recordada”. O CAO está a nascer da requalificação do antigo quartel dos bombeiros de Mação.

Na área da cultura, segundo Vasco Estrela, a referência será a conclusão do Núcleo Museológico de Ortiga, espaço que representa um investimento de cerca de 200 mil euros e que converteu a antiga Escola Primária de Ortiga num museu das Artes da Pesca Tradicional, algo que está “intimamente ligado à história daquela localidade e às suas gentes”.

Na valorização dos recursos, o autarca destacou o projeto da Rota das Pesequeiras e passadiços de Ortiga, assim como a reabilitação da praia fluvial de Ortiga e da Barca da Amieira, em Envendos.

Por fim, o edil enaltece a aposta no Centro de Negócios/Ninho de empresas, investimento que “tem os resultados à vista. Hoje, a apetência pelo nosso concelho em termos empresariais é um facto, o que nos obriga com uma grande urgência a aumentar a Zona Industrial de Mação”.



Vasco Estrela confessa ainda que aguarda um possível reforço de verbas dos fundos comunitários atribuídos ao concelho. “Estes novos incentivos permitirão a resolução de alguns problemas como a requalificação da Escola Básica e Secundária de Mação, assim como a requalificação do pavilhão desportivo municipal escolar, entre outros, candidaturas que esperamos serem aprovadas e que representam, na sua globalidade, investimentos de 1.5 milhões de euros. Além disso, não podemos esquecer o nosso ambicioso Plano de Ação de Regeneração Urbana que temos projetado para a vila e que resultará num investimento de quatro milhões de euros. Estamos apenas à espera de aprovação por parte da CCDR Centro - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro”.

De acordo com o autarca, o futuro mostra-se promissor. “Vamos apostar na consolidação do trabalho realizado ao longo destes oito anos, trabalho assente em várias linhas estratégicas, desde a inovação e ação social, educação e afirmação cultural, até à floresta e sistema agroflorestal, empreendedorismo, atratividade e emprego, passando pela valorização dos recursos e potencialidades do Concelho e do Interior do País e pela reabilitação e manutenção de infraestruturas e património, através da dignificação do espaço público. “Teremos ainda que realizar um investimento efetivo nas novas tecnologias, através da instalação de mecanismos de acesso à internet e às telecomunicações. Muitas pessoas querem fixar-se no concelho, mas querem permanecer ligadas ao mundo, possibilidade inexistente na atualidade, realidade distinta deste concelho, apesar de Mação ficar apenas a uma hora de distância de Lisboa. Temos que ser mais afirmativos em resultado de uma maior modernidade”. ✦



13 DE AGOSTO[®]
C O N S T R U Ç Õ E S

**A 13 DE AGOSTO - CONSTRUÇÕES DESEJA A TODOS
OS SEUS CLIENTES, FORNECEDORES E AMIGOS
UM FELIZ NATAL E PRÓSPERO ANO NOVO**



**CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS · TRANSPORTE DE MERCADORIAS
ALUGUER DE EQUIPAMENTO**

Estrada Nacional 312, n.º10, Carreira da Lebre
5460-125 Beça - Boticas

Tel: 276 415 654
geral@construcoes13deagosto.pt

